

MOÇÕES APROVADAS NAS 13ª CONFERÊNCIA NACIONAL

Moções aprovadas na 13ª Conferência Nacional, subtraída coluna do autor e as linhas que não alcançaram o número de assinaturas mínimo.

Nº	TIPO DE MOÇÃO	TÍTULO	A QUEM SE DESTINA	RESUMO
1	Apoio	Regulamentação da profissão de educador social conforme Projeto de Lei nº 2.951/2019.	Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Wellington Dias) /Senado Federal (Davi Alcolumbre)/Presidente (Luiz Inácio Lula).	A regulamentação da profissão de educador social é um passo muito importante rumo ao SUAS que queremos, pois é o reconhecimento e valorização dos trabalhadores que compõem o SUAS, além de aprimorar e qualificar os serviços permitindo importantes conquistas e avanços para a sociedade brasileira.
2	Reivindicação	Obrigatoriedade do atendimento presencial nas agências da previdência social aos usuários do BPC.	Ministério da Previdência Social/Gerências do INSS.	Reivindicação ao INSS para que os usuários do BPC sejam atendidos presencialmente nas agências da Previdência Social. A solicitação se justifica pois os canais remotos tem favorecido a mercantilização do acesso ao benefício, considerando as dificuldades dos usuários devido à falta de internet e insumos tecnológicos.
3	Indicação	Para que o professor de educação física seja integrado como profissional do quadro técnico do SUAS.	Gestão do SUAS/CNAS.	Tendo em vista que o professor de educação física (educador físico) está constantemente inserido dentro dos grupos de SCFV, dentro de equipamentos como: CRAS e Centros de Convivência, seria de suma importância que o mesmo fosse incluído no quadro técnico do SUAS.
4	Reivindicação	Combate ao racismo no SUAS.	União/Estados/Municípios.	Reivindicação ao poder público federal, em conjunto com os Conselhos de Assistência Social, garantir encontros semestrais, com participação da população, para fortalecer o combate ao racismo.
5	Repúdio	Dignidade para as/os/xs trabalhadores do SUAS – Salvador.	Prefeitura de Salvador.	Exigência do cumprimento das 30h, do plano de cargos, carreiras e salário, segurança patrimonial, o fim da sobrecarga e precarização dos trabalhadores do SUAS (assistentes sociais e psicólogos).
6	Repúdio	Desvincular as comunidades Terapêuticas do SUAS no que diz respeito ao acolhimento de pessoa em situação de rua.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.	As pessoas em situação de rua estão sendo acolhidas em comunidades terapêuticas para tratamento fora de seu território de vínculo, estão portanto, com direitos violados quando inseridas em instituições que não são os serviços tipificados.

7	Repúdio	Em defesa das mulheres, mães e trabalhadoras do lar.	Secretários Estaduais que executam a Política de Assistência Social.	Repúdio à ação dos Estados que não viabilizaram a participação, por meio do custeio de passagem das(os) filhas(os) das mães solas e sem rede de apoio, ou ainda, que por impedimento de aleitamento e/ou ter uma(um) filha(o) “atípico(o)”, não puderem comparecer na 13 ^ª Conferência Nacional de Assistência Social.
8	Apoio	Recursos/Eventos.	CNAS.	Que todos que participam do evento tenham direito à alimentação, transporte, hospedagem e diárias para sua permanência fora de casa. Que os transportes sejam organizados, em tempo hábil (entrega de passagens com antecedência mínima de até uma semana). Justificativa: Nesta conferência, participantes e delegadas(os) chegaram a Brasília após 16 horas e estavam sem se alimentar desde o dia anterior.
9	Repúdio	Organização do evento.	CNAS.	<ul style="list-style-type: none"> • Alimentação do evento que não aconteceu a todos os participantes da conferência. • Transporte não atendeu as necessidades de todos os participantes (pagar Uber) ou pagar o hotel. • Atendimento, informações e hospedagem das pessoas com deficiência (deficientes ficaram sem locomoção permanente, sem conseguir se alimentar, sem fila preferencial e material insuficiente para as(os) delegadas (os) (votamos sem caderno).
10	Reivindicação	Nomeação do concurso 2022 – SAMASC (Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania de Belo Horizonte) – Edital nº 02/2022 e para os municípios que fizeram concursos e não foram chamados.	Prefeituras Municipais de todo território nacional.	Garantia de que os assistentes sociais concursados sejam chamados em toda a rede nacional e a efetivação da Lei 12.435/2011, Sistema Único de Assistência Social. A LOAS estabelece a proteção social para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Vamos fazer valer a lei e nomear os assistentes sociais. Nomeação já! SUAS_BH. Obs.: Chamamento de todos os profissionais de nível médio e de nível superior definidos na NOB-RH.

11	Reivindicação	Reconhecimento do direito a contagem de tempo de serviço, que fora congelado pelo Decreto Federal nº 2020/2021 (período pandêmico) das(os) trabalhadoras(es) da assistência social.	Governo Federal	Reconhecimento do direito a contagem de tempo de serviço, que foi congelado pelo Decreto Federal nº 2020/2021 (período pandêmico) às(aos) trabalhadoras(es) da assistência social.
12	Repúdio	Precarização de condições de trabalho das(os) trabalhadoras(es) do SUAS da região norte.	MDS/CNAS/Governo do Estado do Pará/Prefeituras do Pará, em especial a prefeitura de Santarém – Pará/CFESS/CRESS-PA/Fórum das(os) Trabalhadoras(es) e demais órgãos responsáveis ou representantes das(os) trabalhadoras(es).	Nós, trabalhadoras(es) do SUAS, vimos manifestar repúdio às condições de trabalho das(os) profissionais do SUAS do Brasil, mas neste momento da região Norte do Brasil, principalmente as(os) profissionais que atuam em áreas ribeirinhas e de difícil acesso de locomoção, com baixos salários, risco de insalubridade e periculosidade, sem condições logísticas.
13	Reivindicação	Apoio do governo federal para ampliação do HUB da Cidadania itinerante para todo o país.	Presidente Lula/Congresso Nacional/MDS.	Recomendamos ao governo federal que institucionalize a ampliação do HUB da Cidadania itinerante com apoio e investimento financeiro para todo o Brasil.
14	Denúncia	Violação de direitos da criança autista.	CNA/CEAS/SC/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Prefeitura Municipal de Garopaba/SC.	Violação de direitos da criança autista com o impedimento e boicote da mesma na participação da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social de 2023.
15	Reivindicação	Defesa da autonomia profissional das(os) psicólogas(os) do SUAS em interface com os órgãos do Sistema de Justiça.	Governo Federal.	Respeito às(os) trabalhadoras(es) do SUAS frente às reivindicações dos órgãos do Sistema de Justiça, compreendendo a diferença de fazeres e a necessidade de autonomia profissional.
16	Repúdio	Ao financiamento de comunidades terapêuticas.	Governo Federal.	Posicionamento contrário ao financiamento público de Comunidades Terapêuticas, porque entendemos que são equipamentos que não pertencem ao SUAS e, muitas delas violam gravemente os Direitos Humanos. Em defesa da Reforma Psiquiátrica.

17	Apoio	Direitos e acessibilidade	Lula/CNAS/Equipe Organizadora do Evento.	Os deficientes desejam um espaço exclusivo para os mesmos e seus acompanhantes para quando o Presidente Lula chegar no evento ele possa vir perante os mesmos e tirar fotos.
18	Repúdio	Revogação da Portaria MDS nº 911/23 que limita a 16% o percentual de famílias unipessoais no Programa Bolsa Família.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (MDS)	Revogação imediata da Portaria MDS nº 911/2023, a qual cria regras para limitar o atendimento de famílias unipessoais no PBF na proporção de 16% do total de beneficiários. Trata-se de uma medida arbitrária, punitivista e fiscalizatória que impede que novas famílias ingressem no programa, o que viola o direito de acesso à segurança de renda do SUAS.
19	Recomendação	Orientação para Calendário Único para eleição da sociedade civil e eleição do CNAS na Conferência Nacional.	Conselho Nacional de Assistência Social/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.	Orientar e regulamentar a criação de um Calendário Único para eleição da sociedade civil nos Conselhos de Assistência Social, sendo as eleições dos Conselhos Municipais e Estaduais anteriores à eleição nacional, garantindo-se as assembleias de eleição dentro do processo conferencial – eleições nas conferências.
20	Reivindicação	Defesa da carga horária de 30h e piso salarial para as (os) psicólogas (os) no SUAS.	Governo Federal.	Nós, delegados da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social, sob o tem “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos é o SUA que queremos” manifestamo-nos em defesa da jornada semanal das(os) trabalhadoras(es) psicólogas(os) no SUAS de até 30 horas com piso salarial digno e sem reduções de salário.
21	Repúdio	Aporofobia contra pessoa com deficiência (TEA) em situação de rua.	CNAS/Conselho Nacional de PCD/CNDH.	Repúdio à aporofobia e ao capacitismo contra o ativista Lírio Negro e exigência de cotas, para pessoas com deficiência que estão em situação de rua, nas conferências dos mais diversos seguimentos.
22	Repúdio	Ao COMAS/SP e pela não garantia de participação das OSC's no processo conferencial.	COMAS/SP.	As OSC's da capital de São Paulo não tiveram garantidas a alimentação, hospedagem e transporte local. O COMAS/SP cadastrou os representantes como poder público e não garantiu as 06 vagas previstas no regimento, inviabilizando a participação desses delegados como poder público ou como sociedade civil.
23	Repúdio	A política de assistência social precisa de recursos e ampliação de RH, e não de igrejas evangélicas assumindo papel técnico de busca ativa.	MDS.	Revogação do protocolo de intenções assinado pelo MDS em 27/11/2023, pois enfraquece o SUAS, na medida em que a Política de Assistência Social é direito de todos e dever do Estado. Repassar para igrejas evangélicas a função de busca ativa fere o princípio da laicidade.

24	Apoio	Revogação da EC nº 95/2016 e da proposta do novo arcabouço fiscal objetivando garantir financiamento do SUAS e a aprovação da EC nº 383/2017.	Presidente da República/Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Congresso Nacional.	As(os) Delegadas(os), observadoras(es) e demais participantes da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social (05 a 08/12/2023) manifestam apoio à revogação da EC nº 95/2016 e da proposta do novo arcabouço fiscal (PLP nº 03/2023), assim como à aprovação da emenda constitucional nº 383/2017 objetivando garantir o financiamento do SUAS.
25	Apoio	Apoio ao controle social democrático no SUAS e respeito às atribuições em cada esfera.	CNAS/SNAS.	As(os) Delegadas(os), observadoras(es) e demais participantes da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social (05 a 08/12/2023), manifestam apoio ao controle social democrático no SUAS e respeito às atribuições em cada esfera, com proporcionalidade de 25% para cada segmento, usuárias(os), entidades, trabalhadoras(es) do SUAS.
26	Recomendação	Recomendação pela alteração da Resolução CNAS nº 6/2015	CNA/SNAS	O entendimento é de que a Resolução nº 6/2015 não necessita de modificações e de que a representação de trabalhadoras(es) está bem colocada na supracitada resolução, sendo todas legítimas na sua complementaridade, na sua capacidade de articulação e alinhamento político.
27	Recomendação	Quanto às relações e condições de trabalho no SUAS.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/CNAS/SNAS.	As(os) Delegadas(os), observadoras(es) e demais participantes da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social (05 a 08/12/2023), vem por meio desta manifestar recomendação aos gestores da instância federal, estaduais e municipais quanto a devida atenção ao compromisso com a depreciação e violência do trabalho no SUAS.
28	Reivindicação	Quanto à qualidade do acesso aos serviços do SUAS.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/CNAS/SNAS.	Reivindicamos a efetivação da oferta de serviços continuados e integrais, conforme demanda e necessidade das(os) usuárias(os) e territórios, mediante também a garantia de condição de infraestrutura adequada à sua operacionalização, na perspectiva da intersetorialidade e da transversalidade da política de assistência social - PNAS e do SUAS.
29	Repúdio	Acesso à mobilidade e ao direito de ir e vir.	CNAS.	O acesso à mobilidade e ao direito de ir e vir está sendo violado pela Conferência, pois não respeitou as limitações das pessoas. O povo brasileiro tem que se adequar a essa situação.
30	Repúdio	Alimentação para os participantes.	CNAS.	Repúdio o desrespeito aos participantes da Conferência que foram sujeitados a bancar alimentação.

31	Repúdio	Sistema de emendas parlamentares.	Poder Legislativo, nas três esferas do governo.	Repúdio ao sistema de emendas parlamentares, instituído, que compromete a política orçamentária e financeira das políticas públicas, prejudicando a execução continuada dos serviços socioassistenciais definidos na política nacional de assistência social.
32	Reivindicação	Comunidades terapêuticas sob a responsabilidade do Ministério da Saúde.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Conselho Nacional de Assistência Social.	Garantia de que a responsabilidade do debate das comunidades terapêuticas fique sob a responsabilidade da Política de Saúde, e que o Ministério da Saúde assuma de fato o reordenamento deste processo, junto a saúde mental.
33	Repúdio	Contra a internação compulsória de pessoas em situação de rua.	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde/Conselho Nacional de Assistência Social.	Reafirmação do lugar da Política de Assistência Social, do Sistema Único de Assistência Social em relação ao atendimento da população em situação de rua e a posição contrária a internação involuntária/compulsória.
34	Reivindicação	Criação de mais associação de catadores e catadoras de materiais recicláveis e trabalho decente.	Presidente Lula.	Nós, participantes da 13 ^o Conferência Nacional de Assistência Social, representando as(os) usuárias(os) viemos reivindicar que o governo do presidente Lula apoie e incentive a criação de mais associações de catadores e catadoras de materiais recicláveis em todos os municípios brasileiros.
35	Repúdio	<ul style="list-style-type: none"> Privatização da SABESP Violência Policial 	Governo do Estado de SP/Câmara dos Deputados/Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania -Coordenadoria de Direitos Humanos.	Repúdio à privatização da SABESP e à violência policial que ocorre no Estado de São Paulo.
36	Reivindicação	Inclusão digital no SUAS, garantindo acesso aos usuários, trabalhadores e gestores.	Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.	Garantia às(aos) usuárias(os), trabalhadoras(es) e gestores condições adequadas para conectividade, com letramento digital, equipamentos tecnológicos e acessibilidade, ampliando a garantia de direitos e a participação social.